

DEPOIS DO “PACOTE”, AS REFORMAS

Dagoberto Lima Godoy

Se, mais uma vez, estamos tendo que engolir o remédio amargo dos juros estratosféricos e de mais um “pacote fiscal” (que corre o risco de ser apelidado de Real II), que ao menos tenhamos certeza do diagnóstico e que o tratamento se complete com uma cirurgia eficaz. O novo sacrifício — insuportável para muitos, especialmente para os endividados — terá justificação se, de uma vez por todas, nossos governantes assumirem efetivamente o compromisso de ir à raiz central da fragilidade de nossa moeda, atacando, com ímpeto definitivo, as reformas estruturais há tanto tempo reclamadas.

As crises trazem consigo suas próprias soluções, e uma ameaça comum tem um mágico efeito aglutinador. A tempestade das bolsas tem provocado manifestações dos mais variados setores políticos e sociais, que parecem apontar para uma rota de consenso, capaz de superar as dificuldades e de conduzir-nos ao desenvolvimento sustentado.

Essa rota, no cenário de globalização em que estamos compulsoriamente inseridos, passa pela construção de uma nação economicamente competitiva, capaz de gerar e manter o substrato de riqueza indispensável para atingir os padrões de civilização e qualidade de vida balizados pelos países do chamado Primeiro Mundo.

Pelo que ouço do presidente e das mais expressivas lideranças do mundo político e dos demais setores da vida nacional, os sustos das bolsas e os ataques ao real (bem repelidos pela competente equipe econômica) convenceram a todos: as reformas estruturais são indispensáveis, urgentes, inadiáveis; interessam a toda a população brasileira, devem e podem ser realizadas imediatamente. Não são incompatíveis com o momento eleitoral; ao contrário, devem constituir-se no tema central das campanhas, comprometendo os candidatos de forma irreversível e impostergável.

Convenceram-se todos de que: 1) sem equilíbrio fiscal não haverá economia ou moeda estável: reformas administrativas

e da previdência devem significar o fim para déficits públicos; o endividamento governamental e os juros escorchantes devem levar à restauração da poupança pública e privada e das aposentadorias decentes; 2) sem um sistema de tributação inteligente e inovador, não haverá justiça fiscal, arrecadação confiável nem economia competitiva: reforma tributária, aquela que trará resultados mais imediatos, traduzidos em mais exportações, mais investimentos, mais trabalho e mais empregos; 3) sem uma redução no Custo Brasil, os ganhos de produtividade dos agentes produtivos continuarão sendo absorvidos pelas ineficiências dos sistemas de portos, de transporte, enfim, da infra-estrutura econômica e social: concessões e privatizações, agilização do judiciário, desregulamentação, modernização das relações do trabalho e retomada vigorosa dos investimentos sociais (educação básica à frente) são imprescindíveis para a competitividade nacional; 4) sem um sistema político que aperfeiçoe a representatividade, fortaleça os partidos e assegure a governabilidade, nosso desenvolvimento continuará lento e/ou desbalanceado: reforma política, com fidelidade partidária, voto distrital misto, quem sabe parlamentarismo, é passo imprescindível no aperfeiçoamento da democracia e condição necessária de um desenvolvimento pleno e harmônico.

É diante das dificuldades que pessoas e povos crescem em valor e conquistam novos estágios de humanidade e civilização. Sem minimizar os graves problemas trazidos pela crise das bolsas e pelos remédios adotados para neutralizá-la, ouso comemorar a oportunidade para a consumação de um Pacto Nacional pelas Reformas, uma união de esforços e de decidida vontade política que reunirá a sociedade brasileira e fará com que o legítimo e autêntico interesse coletivo de nosso povo prevaleça sobre as minorias aferradas aos seus mesquinhos privilégios.

■ Dagoberto Lima Godoy é presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs)